

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.318.050 - MG (2018/0163418-8)**

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE MURIAÉ  
ADVOGADOS : ROGÉRIO DE FREITAS CALDAS - MG048916  
LUÍS ANDRÉ DE ARAÚJO VASCONCELOS - MG118484  
DANIEL MARÇONI SANTOS SILVA - MG040824E  
LUCIANO LUIZ BANDEIRA DE MELO E OUTRO(S) -  
MG088273  
JESSICA CRISTINE ANDRADE GOMES - MG174178  
AGRAVADO : JOSÉ ELPÍDIO FILHO  
ADVOGADOS : LUCAS CRESTA DE BARROS - MG108578  
LUAN LEONARDO LOPES MACHADO E OUTRO(S) -  
MG146984  
THAIANNY APARECIDA RAMOS DE SOUZA - MG150524

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por MUNICÍPIO DE MURIAÉ, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado (fls. 123):

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PREVISÃO LEGAL. RECONHECIMENTO PELO MUNICÍPIO COM O PAGAMENTO DO ADICIONAL. DIREITO À PERCEPÇÃO DA VANTAGEM LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO A BASE DE CÁLCULO PREVISTA NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. LE111.960/09. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. CONFIRMAÇÃO DA SENTENÇA.

Sendo reconhecido pelo próprio Município que o servidor público municipal realizava, profissionalmente, atividade insalubre, no grau médio (20%), faz jus ao adicional de insalubridade previsto no artigo 82, da Lei Municipal nº 3.824/2009.0 parágrafo 3º do referido artigo deve ser interpretado sistematicamente com o caput de forma que a base de cálculo a ser observada é o vencimento do cargo efetivo. Aplica-se a sistemática de atualização monetária prevista no 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/09, enquanto não modulados os efeitos da decisão proferida pela Corte do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das ADIn 4.357/DF e 4.425/DF, que declarou a inconstitucionalidade de parte da EC 62/09, e, por arrastamento, do art. 5º, da Lei 11.960/2009.

Reconhecida a sucumbência recíproca, os honorários advocatícios poderão ser compensados, à luz da orientação contida no enunciado da Súmula nº 306 do STJ e considerando a aplicabilidade do artigo 21, do CPC/73 à hipótese.>

Naquela decisão, tendo como pano de fundo as provas carreadas aos autos, reconhecendo o exercício de atividade insalubre, foi decidido pela manutenção da decisão de primeira instância, que concedeu adicional de insalubridade ao servidor estadual.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos (fls. 152-158).

No recurso especial, o recorrente aponta violação dos arts. 373, inciso I, 376 e 1.022 do CPC.

Aduz, preliminarmente, que o Tribunal de Origem deixou de se manifestar acerca de questões essenciais ao deslinde da controvérsia, mesmo após a propositura dos embargos de declaração. Considera, portanto, violado o art. 1.022 do CPC.

Quanto ao mérito, sustenta, em síntese, que o recorrido não se desincumbiu do ônus de comprovar o suposto direito ao adicional de insalubridade, nem o teor e vigência do direito municipal em que embasa o pedido.

Ademais, destaca o que se segue (fls. 166-167):

(...)

Ocorre que no caso em tela não há demonstração de nenhum fator relevante capaz de inverter o ônus da prova para que o réu comprove a existência ou não do agente de risco para eventual concessão do adicional pleiteado, não cabendo ao Município de Muriaé/MG demonstrar a vigência do direito municipal ou até mesmo explorar a produção de provas para demonstrar o fato constitutivo alegado pelo autor, qual seja o reconhecimento do adicional de insalubridade no ambiente de labor.

No entanto, ao analisar os autos presentes nota-se que a comprovação do embasamento legal (lei municipal) para satisfazer o pedido do autor somente reportou ao ente municipal, sem exigir qualquer tipo de prova objetiva por parte do autor. Conforme nosso ordenamento pátrio caberia, portanto, ao autor realizar todos os meios de provas admitidos em direito para demonstrar cabalmente seu suposto direito de concessão ao adicional de insalubridade no ambiente de trabalho.

No mesmo sentido em que foi alegado o direito à concessão do adicional de insalubridade no âmbito do regime jurídico estatutário este também deve comprovar pelos meios cabíveis o direito ao adicional e demonstrar que a legislação local contemplava o pagamento do adicional para o cargo ocupado pelo autor, abordando sobre o teor e vigência do direito municipal.

Desta forma, a inversão indevida do ônus de prova e a presunção da suposta confissão do Município por realizar o pagamento do adicional em determinado período prejudica o resultado útil do processo e retrata evidente a ofensa ao disposto na lei processual brasileira.

(...)

O recurso especial foi inadmitido com base nas Súmulas n. 283 e 280 do STF e 7 do STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

O Ministério Público opina pelo desprovimento do recurso, nos termos do parecer de fls. 216-220.

É o relatório. Decido.

Tendo o agravante impugnado a fundamentação apresentada na decisão agravada e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Em relação à alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, verifica-se que o recorrente limitou-se a afirmar, em linhas gerais, que o acórdão recorrido incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar acerca dos dispositivos legais apresentados nos embargos de declaração, fazendo-o de forma genérica, sem desenvolver argumentos para demonstrar de que forma houve a alegada violação, pelo Tribunal de origem, dos dispositivos legais indicados pela recorrente. Incidência da Súmula n. 284/STF.

Nesse diapasão, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA RECURSAL ELEITA. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ÓBICES DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há violação do art. 535, inc. II, do CPC/1973 quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes.

2. O Superior Tribunal de Justiça não tem a missão constitucional de interpretar dispositivos da Lei Maior, cabendo tal dever ao Supremo Tribunal Federal.

3. A ausência de impugnação de fundamento autônomo apto, por si só, para manter o acórdão recorrido, atrai o disposto na Súmula n. 283/STF.

4. A simples legação de violação genérica de preceitos infraconstitucionais, desprovida de fundamentação que demonstre de que

maneira eles foram violados pelo Tribunal de origem, não é suficiente para fundar recurso especial, atraindo a incidência da Súmula n. 284/STF.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 960.685/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 19/12/2016.)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 165, 458 e 515, § 1º, E 535 DO CPC/73. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA DO STF. CRÉDITOS RELATIVOS AO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE A ENERGIA ELÉTRICA. CONVERSÃO EM AÇÕES. ABUSO DE DIREITO NÃO CONFIGURADO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

II - A jurisprudência desta Corte considera que, quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal.

III - O recurso especial possui fundamentação vinculada, não constituindo instrumento processual destinado a examinar possível ofensa à norma Constitucional.

IV - Esta Corte firmou posicionamento, em recurso repetitivo, segundo o qual é cabível a conversão dos créditos relativos ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica em ações pelo valor patrimonial, e não pelo de mercado, sendo legítimo o critério de fixação do valor da ação no momento de sua conversão (art. 3º do Decreto-lei n. 1.512/76 e no art. 4º da Lei n. 7.181/83).

V - A possibilidade de a Eletrobrás converter os créditos de empréstimo compulsório em ações tem amparo em expressa autorização legal, sendo, portanto, incabível falar em abuso de direito.

VI - A parte deve proceder ao cotejo analítico entre os arestos confrontados e transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente, para tanto, a mera transcrição de trechos dos julgados.

VII - Recurso especial conhecido em parte e improvido.

(REsp n. 1.274.167/PR, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 20/10/2016, DJe 9/11/2016.)

Verifica-se que a irresignação do recorrente acerca da comprovação do exercício da atividade insalubre, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu o seguinte:

(...)

No caso concreto, observo que o próprio Município reconheceu que

era devido o adicional de insalubridade ao autor desde agosto de 2012, no importe de 20%, não havendo nenhuma demonstração de alteração no cargo desde sua posse. Assim devido o pagamento do adicional no período anterior ao início do pagamento pelo Município, observada a prescrição quinquenal, como bem constou da r. sentença.

(...)

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Por fim, verifica-se que o Tribunal *a quo*, para decidir a controvérsia, interpretou legislação local, *in casu*, a Lei Municipal n. 3.824/2009, o que implica a inviabilidade do recurso especial, aplicando-se, por analogia, o teor do Enunciado n. 280 da Súmula do STF, que assim dispõe: “Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.”

Nesse diapasão, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO-BASE DE TELEFONIA. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL 13.756/04 E DECRETO MUNICIPAL 44.944/04. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão publicada em 26/08/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisão publicada na vigência do CPC/73.

II. Segundo consta do acórdão recorrido, a “Prefeitura Municipal de São Paulo propôs ação demolitória, em face da Tim Celular S/A, perante o Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, objetivando a remoção da estação de rádio base instalada irregularmente, em razão de o equipamento estar em funcionamento sem prévio licenciamento urbanístico”. O Tribunal de origem manteve a sentença de procedência.

III. A questão controvertida nos autos foi solucionada, pelo Tribunal de origem, com fundamento em leis locais (Lei municipal 13.756/04 e Decreto municipal 44.944/04). Assim, torna-se inviável, em Recurso Especial, o exame da matéria nele inserida, diante da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que dispõe: “Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp n. 709.574/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 14/9/2015; REsp n. 1.455.034/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 6/4/2015.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 970.011/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 24/5/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. REAJUSTES REMUNERATÓRIOS. LEIS MUNICIPAIS. INCIDÊNCIA. MATÉRIA LOCAL. SÚMULA 280/STF.

1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento

do REsp 1.217.076/SP, representativo de controvérsia repetitiva, firmou o entendimento de que "A discussão, na fase de liquidação, a respeito dos supervenientes reajustes concedidos pela legislação municipal (Lei 12.397/97) e seus reflexos no cálculo do percentual devido e no cumprimento da condenação imposta envolve exclusivamente interpretação e aplicação de direito local, insuscetível de reexame por recurso especial. Aplicação, por analogia, da Súmula 280 do STF" (Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 14/10/11).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg nos EDcl no AREsp n. 4.111/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/10/2014, DJe 12/11/2014.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de janeiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator